QUANDO NÓS ÉRAMOS LIBERTOS: AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS RIBEIRINHAS E O ENFRENTAMENTO ÀS MÁQUINAS DE GUERRA

Gicele Brito Ferreira[1]

Marcel Theodoor Hazeu[2]

Resumo: O Escrito apresenta resultado de pesquisa realizada na Amazônia, junto a comunidades ribeirinhas. A luta das populações tradicionais pelo território se desenvolve com diferentes estratégias no Arquipélago do Marajó no Estado do Pará. A criação de áreas de proteção ambiental foi viabilizada coletivamente por diferentes movimentos sociais como forma de garantia de uso e usufruto da terra. No enfrentamento do latifúndio e sofrendo diferentes formas de violência, os descendentes dos povos originários são forçados a se deslocarem. A partir de pesquisa qualitativa, com aporte teórico marxista na ecologia política e na antropologia para entendimento da questão agrária-ambiental, esta perquirição tem entre seus objetivos analisar conflitos socioambientais numa Resex e as contradições das políticas do Estado e o avanço do capital: necropolítica e r-existência no arquipélago do Marajó a partir da fala e do movimento migratório das comunidades tradicionais. A violência é apresentada pelos interlocutores como engrenagens de uma guerra.

Palavras-chave: Amazônia. Território. Populações Tradicionais. Necropolítica.

Abstract: The Writing presents the result of research carried out in the Amazon, with riverside communities. The struggle of traditional populations for the territory develops with different strategies in the Marajó Archipelago, in the state of Pará. The creation of environmental protection areas was collectively made possible by different social movements as a way of guaranteeing the use and enjoyment of the land. In coping with the latifúndio and suffering different forms of violence, the descendants of the original peoples are forced to move. From qualitative research, with marxist theoretical contribution in political ecology and anthropology to understand the agrarian-environmental issue, this investigation has between its objectives to analyze socio-environmental conflicts in a Resex and the contradictions of state policies and the advancement of capital: necropolitics and r-existence in the Marajó archipelago from the speech and migratory movement of traditional communities. Violence is presented by the interlocutors as the gears of a war.

Keywords: Amazon. Territory. Traditional Populations. Necropolitics.

[1] Assistente Social, Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA. E-mail: gicele21@yahoo.com.br 2 Professor Doutor da Faculdade de Serviço Social da UFPA. E-mail:celzeu@gmail.com
[2]

1 - INTRODUÇÃO

A constituição das reservas extrativistas (RESEX) como áreas de conservação no Brasil é uma experiência recente, vivida nos últimos 20 anos, com modelo próprio que objetiva a proteção dos meios de vida e a cultura de populações tradicionais, bem como assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área. É fruto das lutas populares para coadunar a reprodução social das populações tradicionais em seus territórios com a preservação da natureza. Compreendendo que, na cosmologia dos povos originários, não há apartação entre humanidade e natureza, torna-se intrigante constatar que, após a conquista na Lei 9.985/00, os habitantes das reservas extrativistas migrem para os perímetros urbanos abandonando as terras que ocupam há gerações.

Nesta comunicação de pesquisa, refletimos sobre a vida dos comuns que habitam áreas de conservação e sobre o conhecimento construído que embasa o gerenciamento, pelo Estado, destas áreas no processo de zoneamento agroecológico. Como os idosos das comunidades afetadas se posicionam dentro do conflito em torno do seu território em uma Resex. Quais os efeitos contraditórios da criação da Resex em relação a modos de vida, sobrevivência e permanência das comunidades tradicionais? Como a teoria de necropolítica pode contribuir na compreensão dos conflitos socioambientais em torno de Resex.

Procuramos identificar, por meio de pesquisa, o que está acontecendo para que velhos(as) e jovens passem a viver um processo de deslocamento da RESEX para os perímetros urbanos do Arquipélago do Marajó.

Como metodologia para a pesquisa com jovens e velhos(as) na Reserva Extrativista Terra Grande Pracúuba (RESEX TGP), foi privilegiada a realização de uma etnografia com a observação participante e convivência com os moradores do local durante 21 meses, de modo a poder conhecer sua percepção e sua atribuição de significado para o trabalho, sua relação com a terra, sua organização social.

Com a prática da observação participante como processo necessariamente longo para compreender o comportamento e ação de grupos no cotidiano das comunidades, há necessidade de interação, procurando sempre ouvir e fazer uso de todos os sentidos. A escolha de um intermediário/informante-chave ou “Doc” (WHITE, 2005) para acesso à localidade e ao grupo em estudo foi uma necessidade primordial para alcance dos objetivos propostos pela pesquisa. Foi realizado o registro das experiências de vida e dos testemunhos sobre a implantação da RESEX e os conflitos pela terra por meio da história oral que elucidou/complementou a documentação oficial, atribuindo significado às teias engendradas no cotidiano dos extrativistas.

Inicialmente será descrito o aporte teórico, seguido pelo resultado empírico da pesquisa e pela reflexão sobre a teia necropolítica. Nesse contexto, podemos considerar o acesso a novas formas de mobilidade, no espaço e tempo, das

populações tradicionais que passaram a confrontar-se com outras racionalidades políticas e econômicas e com a possibilidade de usufruir das “facilidades” das modernas tecnologias. Essa modernização está associada também à ampliação do reconhecimento dos seus direitos sociais (ESCOBAR, 1998; LITTLE, 2004). Esse processo de demarcação de terra, de acesso a novas técnicas e de demandas pela produção extrativista ribeirinha, que aparentemente renova as utopias sociais para essas populações, transcorre em um campo de disputas sociais e de redefinição de relações com o mercado que agora incorpora os cuidados com a preservação dos recursos naturais com as simbologias do mercado ecológico e reúne os elementos característicos do que tem sido identificado por alguns autores como um processo de modernização ecológica que gera conflito entre aqueles que faziam uso comum da terra, “os comuns” (LITTLE, 2006; CUNHA; ALMEIDA, 2001; DIEGUES, 1996).

Para delimitação dos interlocutores, foram realizadas 42 entrevistas, sendo 19 entrevistas semiestruturadas com adolescentes e jovens na faixa etária entre 14 e 24 anos, e 23 com idosos na faixa etária entre 50 e 80 anos, moradores das comunidades e atores envolvidos nos conflitos por terra. As entrevistas foram utilizadas para registrar sua versão sobre os acontecimentos que estabelecem um marco nas suas vidas com a formação da Reserva Extrativista Terra Grande Pracúuba (TGP) e para identificar sua posição e estratégia no conflito e na vivência conservacionista implantada pelas organizações governamentais no território.

2 - APORTE

Há um pouco mais de dez anos, desenvolvemos pesquisa e extensão na Faculdade de Serviço Social do Campus Marajó-Breves na Universidade Federal do Pará (CUMB-UFPA), onde foram construídas relações que nos levaram, inúmeras vezes, a atravessar comunidades, rios, igarapés, furos e estreitos, que são nomeados e conhecidos como seres viventes, animistas com tradição propalada entre os viajantes que, como nós, ainda iniciam aproximação.

As comunidades da RESEX que compõem a cosmologia, sendo reivindicada por uma população tradicional ribeirinha formada por andirobeiros, caboclos, cipozeiros, seringueiros, extrativistas, pescadoras e pescadores artesanais que habitam a TGP localizada entre os municípios de Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista no Arquipélago do Marajó, no estado do Pará na Amazônia Legal.

O Arquipélago do Marajó totaliza 16 municípios no “Golfão Marajoara que inclui desde a larga embocadura do Rio Amazonas entre o Amapá e a extraordinária Ilha do Marajó; o Estreito de Breves a oeste desta ilha” (AB’SÁBER, 2010, p. 16) que permite o acesso ao Baixo Amazonas sem barreiras até a foz do rio, desaguando no Oceano Atlântico junto ao Rio Tocantins no delta do Amazonas. Nas referências bibliográficas

que tratam da Amazônia, o desenvolvimento econômico desta região é apresentado como ciclos de exploração extrativista (especiarias, pesca, borracha, bovino, bubalino, madeira, açaí, *commodities*), a agropecuária, a monocultura e a recente entrada do agronegócio, ciclos planejados verticalmente por instituições governamentais sem a participação da população do Marajó, das comunidades tradicionais; é a "invisibilidade das populações caboclas" (SILVA, 2006), quilombolas e indígenas.

A partir das conquistas da Constituição de 1988, que cria as Áreas de Conservação (AC) e especificamente as Reservas Extrativistas (RESEX), a organização das populações tradicionais vem construindo estratégias para novas possibilidades de sua visibilidade na luta pelo uso da terra no Marajó. Em 1989, o Marajó com seus 16 municípios tornou-se Área de Proteção Ambiental (APA), outorgada pela Constituição do Estado do Pará. Como APA, a implementação das Unidades de Conservação (UC) chegou pelo ICMbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e pelo Projeto de Reforma Agrária via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que é uma autarquia federal da administração pública brasileira. Com a implantação das RESEX, FLONA e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), passa a existir uma nova metodologia para legalização e uso da terra no Marajó. Dando início a esse processo, o município de Gurupá, no Marajó, foi o primeiro a ter a criação do Assentamento Agroextrativista do Camutá do Pucuruí em 2001, com a cessão de uso gratuito da Ilha de Santa Bárbara pela União aos moradores em 2002. Em 2005, criaram-se as RESEX do Mapuá em Breves e, em 2006, a RESEX Terra Grande Pracúuba em Curralinho e São Sebastião da Boa Vista; ainda em 2006, foi criada também a RESEX Gurupá-Melgaço e, em 2007, a primeira Reserva de Desenvolvimento Sustentável Federal, chamada Itatupã-Baquiá, em Gurupá.

> Expandem-se os Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) para 141(cento e quarenta e um) projetos espalhados no Arquipélago do Marajó, sendo que 33 (trinta e três) encontram-se em Curralinho, que é o município com o maior número de PAEs no Arquipélago (PUREZA, 2017 p.62).

Esses dados apontam a possibilidade de uso e usufruto da terra pelas populações tradicionais[1], constituindo um novo modelo de desenvolvimento para a região. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6040/2007, evidencia-os como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica com práticas geradas e transmitidas pela tradição. Os territórios tradicionais são os espaços necessários à reprodução social das comunidades, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas respectivamente (BRASIL, 2007).

Hoje o Arquipélago do Marajó constitui território de conservação, totalizando uma área de 381.804,63 ha. A RESEX TGP fica a seis horas de distância por rio, em lancha veloz (voadeira) da área urbana do município de Breves, possui 24 comunidades, totalizando cerca de 800 famílias (BRASIL, 2011), das quais cinco foram selecionadas para participar da pesquisa por terem vivenciado os conflitos que levaram à formação da RESEX. As comunidades visitadas foram as de São Sebastião, situada no Rio Guajará, a comunidade Mucutá (Rio Mucutá), a Comunidade Turé (Rio Piriá), a comunidade Serafina (Rio Canaticu), a comunidade de Pau de Rosa (Rio Pracuúba).

A luta pela terra marca a solicitação de implantação da RESEX TGP na região, conforme relato dos moradores que encaminharam a formalização para impedir a implantação de um latifúndio nos anos de 1980, o que provocou disputa violenta pelos espaços de extração da madeira e de açaí, ocasionando enfrentamento no Rio Canaticu na comunidade Serafina, onde hoje ainda moram os velhos e velhas que desencadearam resistência à expulsão da terra e lutaram pela manutenção de suas formas de sobrevivência.

A demanda pela criação da RESEX TGP partiu dos moradores de comunidades situadas nos Rios Mutuacá, Mucutá e Pracuúba, assim como a comunidade Serafina, na forma de enfrentamento e na defesa da terra e proteção das áreas nativas de palmito e açaí situadas em seus territórios. Após mais de 30 anos de implantação da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, a ideia de conservação vem ocasionando disputa e questionamentos quanto à regularização fundiária, ao manejo, à exploração dos recursos extrativistas e à implantação do agronegócio com as *commodities*[2] em grande parte das UC marajoaras. Os idosos de Pracuúba têm buscado a negociação nos processos de conflito desde a invasão feita por latifundiários até as que se intensificam hoje com o zoneamento ecológico, porém a relação com os mais jovens para a transmissão de saberes e da memória de lutas das comunidades tem passado por processos de ruptura com a saída dos jovens para áreas urbanas e a introdução de novas formas de economia de sobrevivência (criação de pequenos animais introduzidos na RESEX como porcos, gansos, patos, e a plantação de hortaliças, entre outras práticas).

Ao se referir ao passado, antes da RESEX, é comum ouvirmos dos moradores ribeirinhos a expressão “quando nós éramos libertos...”. Há, nessa expressão, uma nítida referência às limitações impostas para a retirada do palmito, a moradia na área em tempo integral e as exigências/custo para legalização das madeireiras, além da pressão do mercado pela matéria-prima extrativista, que estão levando os moradores a vivenciar conflitos quanto à validade de sua permanência nas áreas de conservacionismo[3], onde a terra que viveram por gerações passa a ser expropriada, levando essas populações a migrarem como estratégia de sobrevivência. A migração ou o deslocamento forçado fazem parte da história da expansão e desenvolvimento

do sistema capitalista desde a sua origem, descrita por Marx no processo da chamada acumulação primitiva (MARX, 2015), atualizado por David Harvey 2006, que discute a despossessão e os deslocamentos forçados na contemporaneidade como acumulação por espoliação:

> Ao discorrer sobre *a acumulação por espoliação,* Harvey (2004) faz uma remissão histórica e teórica aos processos da *"acumulação primitiv*a" tratados por Marx no capítulo XXIV de *O capital* (1980, p. 828-82); contudo, segundo minha interpretação, não se trata de uma reiteração a-histórica do processo original, posto que a acumulação primitiva "abre caminho à reprodução expandida", enquanto a acumulação por espoliação "faz ruir e destruir um caminho já aberto" (HARVEY, 2004, p. 135). Ao teorizar sobre o capitalismo contemporâneo, Harvey (2004) afirma que, no curso do seu desenvolvimento, o capitalismo sela a unidade entre a potenciação da *exploração do trabalho e a* da *espoliação material e social* (da terra, da natureza, do dinheiro e dos direitos e meios de vida da população trabalhadora e subalterna), concluindo que a espoliação social é a marca do "novo imperialismo". Igualmente Ruy Braga (2017, p. 384-6) pondera sobre a unidade entre *exploração e espoliação* na dinâmica da reprodução ampliada do capital ao afirmar que o desenvolvimento capitalista combina, de modo desigual, estratégias sociais de acumulação, porém aponta a hipótese de que a adoção de políticas espoliativas prevalece em momentos marcados pela crise de sobre acumulação, em face dos limites do reinvestimento lucrativo do capital (MOTA, 2018, p. 168).

Acumulação primitiva como reprodução expandida, no entender de Mota (2018), reporta ao que propõem Marx e Engels no entendimento de Estado como instrumento de preponderância, que faz valer os interesses comuns de uma classe dominante que impõe as formas de reprodução social de determinada época (MARX; ENGELS, 1977, p. 94).

No século XXI, passam a ser utilizados termos como crise ambiental (MUNIZ, 2009) e crise civilizatória (LEEF, 2006) oriundos dos impactos da forma de exploração dos recursos naturais. Entre as décadas de 60 e 90 do século XX, a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN – 1948) cria fundo próprio (Fundo Mundial para a Natureza – WWF) e estabelece parâmetros internacionais para o tratamento da natureza com regulações como a que estabelece a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas para promoção, monitoramento e orientação de manejo destas áreas em 1960. O Movimento Internacional da Ecologia Cultural se une ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a organizações da sociedade civil, desencadeando, no estado do Acre, o movimento liderado por Chico Mendes, chamado Empate (1986). Para além dos interesses dos trabalhadores rurais sem-terra, o movimento levantou a bandeira da reforma agrária como questão estratégica para o desenvolvimento nacional, além do reconhecimento das áreas de floresta onde o extrativismo se impõe como condição de vida, onde humanos e natureza estabelecem relação respeitosa de produção e reprodução da vida. Com sua capacidade organizativa, força política e habilidade de aliar diversos segmentos da sociedade civil, o movimento cria, na modalidade AC, as RESEX e abre caminho para

lutas como o atendimento das populações que vivem nas localidades mais distantes, nos rincões da floresta no Brasil profundo.

3 - O LÓCUS SOCIAL E A PESQUISA

Ao descrever os procedimentos de vinda dos soldados da borracha para a região do Marajó durante o primeiro ciclo da borracha (1879), período áureo da chamada Belle Époque para a Amazônia, uma das líderes do processo de criação da RESEX Pracuúba (município de Curralinho) na Comunidade Santa Helena (localizada a quatro horas de voadeira da área urbana do município) relata como seus pais chegaram para coletar látex e como construíram suas primeiras moradias nos alojamentos “cedidos” pelos patrões e que, posteriormente, transformaram-se em comunidades e hoje constituem uma UC, de onde os netos dos soldados da borracha estão sendo expulsos por não se moldarem às novas exigências legais ou por disputas de terra (FERREIRA, 2018).

Na visão de Little (2001), que segue a perspectiva da ecologia política, os conflitos socioambientais podem ser entendidos como disputas entre grupos sociais provenientes de distintas formas de relações por eles mantidas com seu meio natural. Entretanto, as tensões socioambientais mais acirradas tendem a acontecer onde há choque entre distintos sistemas produtivos, como na TGP onde extrativistas da madeira e do açaí se contrapõem ao latifúndio.

A construção do conhecimento sobre áreas protegidas e as relações estabelecidas a partir dos conflitos existentes buscam corroborar a afirmação dos direitos dos povos nativos ao controle territorial e à autodeterminação. Para isso, utilizou-se a prática etnográfica, estabelecendo relações, participando do cotidiano, sendo os pesquisadores(as) hospedados por ribeirinhos das comunidades pesquisadas[4], selecionando informantes e mapeando o campo num esforço de tentar construir uma leitura (GEERTZ, 2012).

No período que estivemos na RESEX, participamos de dez reuniões com as diferentes comunidades pesquisadas para acompanhamento do processo de implantação do zoneamento agroecológico e das transformações vividas com a introdução de novas regras para utilização dos recursos naturais e a introdução de novas espécies animais e técnicas de agricultura e manejo. Os dados coletados pela pesquisa realizada entre 2015 e 2018 apontam que 68% dos adolescentes e jovens entrevistados eram do sexo feminino e 32% do masculino. Os idosos eram 61% masculinos e 39% femininos, o que aponta para saída da RESEX dos homens na juventude e das mulheres na velhice; 52% dos jovens entrevistados têm menos de 18 anos quando terminam o ensino fundamental, não há como continuar os estudos e nem oportunidades de trabalho e sobrevivência na RESEX; 74% dos jovens

entrevistados não completaram o ensino fundamental[5] e 70% dos velhos são analfabetos. Assim como os jovens adultos (18 a 24 anos), os velhos acima de 70 anos nas UC não encontram condição de sobrevivência como atendimento médico, transporte e mobilidade, considerando os longos cursos de rios a serem percorridos para ter acesso a políticas públicas básicas; 89% dos velhos e 96% dos jovens não conhecem o Estatuto do Idoso.

A média de tempo de moradia na UC dos velhos entrevistados varia entre 30 e 70 anos; alguns afirmam que estão na Unidade de Conservação há mais de quatro gerações. As principais fontes de renda entre os idosos são o extrativismo e a agricultura (61%); entre os jovens (42%), são agricultura e extrativismo. A expectativa para o zoneamento agroecológico[6] entre os jovens (42%) é pela maior presença do Estado na UC com a distribuição de auxílios e do Bolsa Família com orientações e ajuda; entre os jovens também é alta a expectativa pela diminuição da exploração da madeira e do açaí pelos invasores da AC. Essa expectativa é compartilhada pelos velhos (31%), que também acreditam (17%) no aumento da dificuldade para se viver na UC.

4 - AS ENGRENAGENS DA GUERRA

As áreas naturais protegidas são implantadas em territórios ocupados por sociedades pré-industriais ou tradicionais. Segundo Diegues (1998), essas populações locais se sentem usurpadas em seus direitos sobre a terra onde viveram seus antepassados, ensinaram e aprenderam seu modo de vida, diferentemente das populações urbano-industriais. As populações tradicionais questionam o mito que afirma serem as áreas protegidas espaços sem habitantes, a representação simbólica destes espaços é construída a partir das relações de produção e reprodução social que compõem a estrutura de uma sociedade como as relações de parentesco, de mútua ajuda etc. A retirada das terras dessas comunidades significa a impossibilidade de continuarem existindo como grupo portador de determinada cultura, de uma relação específica com mundo natural domesticado. Na diversidade de encaminhamentos, as populações locais sofrem as consequências de seu total afastamento das terras ou da convivência com projetos de exploração dos recursos naturais (DIEGUES, 1998).

> Segundo Zygmunt Bauman, guerras da era da globalização não incluem em seus objetivos conquista, aquisição e gerência de um território. Idealmente, são abordagens-relâmpago. Este novo momento é o da mobilidade global. Uma de suas principais características é que as operações militares e o exercício do direito de matar já não constituem o único monopólio dos Estados, e o “exército regular” já não é o único meio de executar essas funções. A afirmação de uma autoridade suprema em um determinado espaço político não se dá facilmente. Em vez disso, emerge um mosaico de direitos de governar incompletos e sobrepostos, disfarçados e emaranhados,

> nos quais sobejam diferentes instâncias jurídicas de facto geograficamente entrelaçadas, e nas quais abundam fidelidades plurais, suseranias assimétricas e enclaves (MBEMBE, 2016, p. 138).

Nascem, assim, as posições conflitantes entre o espaço público e o espaço comunitário das sociedades tradicionais, em que o Estado representa o interesse das populações urbano-industriais. No relato abaixo, obtido durante a pesquisa realizada com pessoas idosas, ouvimos pela primeira vez como se deu a articulação de esforços para criação da Reserva Extrativista (RESEX) Terra Grande Pracuúba, que de terra comum passou a sofrer várias invasões com tentativa de grilagem e posterior apropriação para constituição de latifúndio entre os munícipios de Curralinho, São Sebastião da Boa Vista e Breves no Arquipélago do Marajó.

> Eu tenho 70 anos, nasci em Barracamento Rêgo, próximo ao Rio Canaticu e moro aqui na Comunidade Santa Helena – Rio Canaticu em Curralinho a mais de cinquenta anos. A luta pela terra se iniciou a mais ou menos trinta anos, eu estava perto dos 45 anos. Aqui todos trabalhavam por conta própria. Nós trabalhávamos com açaí e seringa. Aqui nós não deixamos eles tirarem palmito. Nós nos reunimos, brigamos de briga com V. que disse que comprou a área e ele nos queria nos colocar daqui. AC. que nos ajudou junto com o Sr. NB. da CUT que veio com o A. que era do Sindicato Rural e entrou na briga com nós. Às vezes a gente não quer lembrar porque não tinha paz. A luta foi dura. Até arma botaram em mim, eles. A primeira luta foi contra o R. que dizia que era dono, ele era genro do LD. Para quem nós pagávamos renda da borracha, quando começou o açaí, eles queriam cobrar o açaí também. Assim começamos a luta com o apoio do Prefeito A. A luta contra o R. que perdeu. Dois anos depois, entrou o V. que usava capanga para nos obrigar. Ele fechava o rio com corrente, agredia com espingarda, escopeta. Ele queria madeira e palmito, mas só tirou palmito. Eles vinham e os homens não podiam se afastar das casas, pois os guardas do V. vinham. Eles fechavam o rio para nós não passar com o nosso material para venda. A grande guerra foi quando os homens saíram para o mato e os capangas vieram pegar as meninas, eles estupraram uma sobrinha minha. Quando eu vi aquilo não aguentei, peguei meu terçado e fui para cima deles; os homens chegaram e nós brigamos com pau, pedra, faca; abrimos o rio e fomos para Curralinho pedir ajuda. (RSC, fevereiro/ 2017, Comunidade Santa Clara – RESEX TGP, Marajó-PA).[7]

Dentro do processo de devastação, as relações de trabalho detectadas são análogas ao trabalho escravo e há bloqueio dos recursos naturais, o que desconsidera marcos regulatórios (leis consuetudinárias) internacionais, nacionais e locais como a Consolidação das Leis Trabalhistas e como a Lei do Babaçu Livre. No processo de devastação, o Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) alerta para o processo predátorio dos empreendimentos, para a destruição das economias extrativistas, tornando uma questão pública, emergencial a partir da Política Nacional de Desenvolvimento das Comunidades Tradicionais.

> A ocupação colonial em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição (territorialização) foi,

> enfim, equivalente à produção com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto,a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o status de sujeito e objeto. Os movimentos sociais em contraposição constroem resistência histórica a partir das realidades localizadas e experiências práticas, externando sua conciência ecológica contra o neoliberalismo que impõe o discurso ambientalista decretando o fim/naturalização/biologização da relação homem-natureza, ou seja, dos conflitos sociais, em nome da ilusão de participação comunitária no desenvolvimento proposto pelos enclaves. (MBEMBE, 2016, p. 135).

Os conflitos socioambientais tornam-se centrais na ideia de desenvolvimento na sociedade instituinte atual, pois o ambiente faz parte dos interesses difusos, isto é, cada indivíduo gostaria que a flora, a fauna e os recursos hídricos fossem preservados, porém, são poucos os que adotam estes objetivos como preponderantes em suas atividades diárias.

> Uma máquina de guerra combina uma pluralidade [...] a extração e exportação de recursos naturais. Junto aos exércitos, tem emergido o que, seguindo Deleuze e Guattari, poderíamos referir como “máquinas de guerra”. Essas máquinas são constituídas por segmentos de homens armados que se dividem ou se mesclam, dependendo da tarefa e das circunstâncias. Organizações polimorfas e difusas, as máquinas de guerra se caracterizam por sua capacidade de metamorfose. Sua relação com o espaço é móvel. Algumas vezes, desfrutam de relações complexas com formas estatais (da autonomia à incorporação). O Estado pode, por si mesmo, se transformar em uma máquina de guerra. Pode, ainda, se apropriar de uma máquina de guerra ou ajudar a criar uma. As máquinas de guerra funcionam com empréstimo dos exércitos regulares, enquanto incorporam novos elementos bem adaptados ao princípio de segmentação e desterritorialização. Tropas regulares, por sua vez, podem prontamente se apropriar de certas características de máquinas de guerra. Uma máquina de guerra combina uma pluralidade de funções. Tem as características de uma organização política e de uma empresa mercantil. Opera mediante capturas e depredações, e pode até mesmo cunhar seu próprio dinheiro para bancar a extração e exportação de recursos naturais (MBEMBE, 2016, p. 138-139).

Esse comportamento de Estado de Exceção aumenta as tensões sobre os territórios e as populações tradicionais que historicamente são tratados como “mortos vivos” e as questões ambientais, como questões de mercado, gerando a necessidade de reformulação das normas instituídas que hoje constituem a negação da vida. A utopia contida no pensamento Marxiniano (MARX, 2015), considera a luta de classe o motor da história, que romperá com o liberalismo burguês que chega ao antropoceno

via ultra neoliberalismo com tendencias fascistas, onde os processos revolucionários devem ser por superação do atual sistema e não apenas por concessões burocratizadas, repressivas de ocupação colonial na modernidade tardia, onde há fragmentação territorial, proibição de acesso a certas áreas e política de assentamento acompanhada do poder de militarização como descreve Mbembe (2016).

5 - CONCLUSÃO

A criação da resex se localiza dentro das lutas sócias das comunidades tradicionais na Amazônia e do movimento ambientalista mundial. O estado brasileiro, atendendo às pressões, criou várias UC, porém, dentro da lógica de defesa dos seus interesses de controle do território e das populações, com sua aliança histórica e estrutural com o Capital (internacional), gerou efeitos perversos. Considerando o interesse nos recursos naturais (minério, água, madeira, terra etc) para a acumulação do capital e definindo, necessariamente, a população tradicional da Amazônia como empecilho e inimigo dos interesses do Estado, apresentando-a como inferior, atrasada e como “o outro” gerou uma política que expulsa as famílias de dentro da resex, justamente aquelas para quem, a partir de quem e quem sustentam a própria natureza da resex, esta foi criada. Os qualificativos atribuídos às sociedades não urbanas, ou sociedades ditas primitivas, a partir da luta dos contrários entre o instituído e o instituinte, passam a ser reformulados de maneira que o tratamento dado pelos viajantes do séc. XVI até os militares da década de 60 do século XX e dos anos 20 do século XXI já não são mais aceitos.

Há emergência em construir, no dizer de Ailton Krenak (2019, p.36), novos caminhos para pensar a relação entre o humano e a natureza, chegando até mesmo a questionar essa divisão técnica proposta no Antropoceno. Não é mais possível sufocar a perda de vidas e o extermínio de modos de viver com regramentos ou monumentos que atendam à memória, como os inumeros massacres entre eles o de Eldorado do Carajás (1996) e o aumento em 91% dos pedidos de exploração minerária em TIs (terras indígenas) entre 2019-2020, onde as nações indígenas Kayapó e Mundurucu enfretam a máquina de guerra do garimpo subvencionada pelo poder instituido que viabiliza a desposseção, relagando as populações à hilotas sociais. No livro *Baratas*, é narrado o massacre e a morte como esperança de libertação (MUKASONGA, 2018, p. 157). A morte, para as populações tradicionais, passa a ser ameaça cotidiana em que não existem corpos, só inventário dos mortos com dor e luto, só lembranças e a luta por libertação. Após este trabalho de pesquisa, entendemos como nunca a frase: “Quando nós eramos libertos”.

NOTAS

[1]Grupos que possuem em comum o fato de que tiveram, pelo menos em parte, uma história de baixo impacto ambiental e que têm, no presente, interesse em manter ou recuperar o controle sobre o território que exploram. E acima de tudo, estão dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p 35).

[2]Grupos tais como os garimpeiros, os colonos, os fazendeiros e os madeireiros sofrem o inverso da invisibilidade nas visões dos ambientalistas, uma vez que são agrupados como destruidores da região. Há demonização desses grupos, classificados como inimigos (LITTLE, 2004, p. 328).

[3]O Conservacionismo surgiu no fim do século XIX no seio do ofício da engenharia florestal, quando houve interesse em explorar os recursos naturais de uma maneira que não os esgotasse. Podemos ver claramente aqui o núcleo ancestral do que chamamos hoje em dia "desenvolvimento sustentável" (LITTLE, 2004, p. 330).

[4]Acomodações como hotéis, pousadas ou similares estão entre 4 a 6 horas de distância por rio, o que torna inviável as viagens diárias. A equipe de pesquisa,foi formada por cinco mulheres (uma docente FACSS-Breves, uma pedagoga do ICMBio e três discentes da Faculdade de Serviço Social do Campus Marajó-Breves/UFPA) e dois homens (um administrador das Centrais Elétricas e um barqueiro contratado).

[4]Sempre levávamos água e alimentação para cinco dias de viagem; as redes com mosquiteiros eram nossas camas suspensas nos palanques das frentes dos tapiris, cedidos gentilmente pelos moradores das comunidades. Saíamos para as entrevistas entre 7h e 17h. Nas idas e vindas sempre cruzávamos com pequenos barcos (rabetas conduzindo peconheiros (extratores de açaí) picados por jararaca). Segundo relatos recolhidos, as cobras não são vistas quando sobem nos açaizais, mas sim na descida, quando não dá tempo de parar e o ataque acontece (singularidades do trabalho extrativista).

[5]Encontramos apenas uma jovem que cursava o ensino superior por meio do PAFOR (Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica). Ela concedeu entrevista na cozinha de sua casa, de onde narrou que Pau de Rosas já foi o maior exportador da madeira pau-rosa (Aniba rosaeodora), pois dela se extrai o óleo e o pigmento que são utilizados em marcas famosas de cosméticos até hoje. Com o fim da madeira (extinta), os jovens buscam no tráfico um meio de sobrevivência e isso leva à violência" (VPS, 23 anos, moradora da Vila Estância – Ilha Pau de Rosa em São Sebastião da Boa Vista – RESEX Terra Grande Pracuúba).

[6]Zoneamento Agroecológico é um instrumento técnico-científico construído a partir do conhecimento das potencialidades e vulnerabilidades ambientais de determinada região, especialmente do comportamento e das características do clima, do solo, da vegetação, da geomorfologia, com foco na aptidão das terras para uso agrícola. Considera também as características sociais e econômicas de cada região. Disponível em: https://www.embrapa.br/tema-zoneamento-agroecologico/nota-tecnica#:~:text. Acesso em: 10 jul. 2018.

[7]O relato feito por uma moradora de Pracuúba foi transcrito conforme gravado, sem interferência gramatical ou de ritmo narrativo da interlocutora.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Zoneamento fisiográfico e ecológico do espaço total da Amazônia Brasileira. *Revista Estudos Avançados,* n. 68, São Paulo: USP, 2010.

BRASIL. *Lei Federal nº 9.985 de 18 de junho de 2000.* Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC). Diário Oficial da União de 19/07/2000. Brasília: Gráfica do Senado, 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ICMBIO. *Relatório da 2ª Reunião/Oficina de discussão consolidação do Plano de Uso da Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba*. 28 a 30/01/2011. Curralinho, Pará. ICMBIO/MMA, 2011 (Documento em PDF).

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 6.040, de 2007.* Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%206040&text=DECRETO%20N%C2%BA%206.040%2C%20DE%207,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: dez. 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro; ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. *In*: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro (Coord.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira*: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Instituto Socioambiental, Estação Liberdade, 2001.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. *Ilhas e mares*: Simbolismo e imaginário. São Paulo: Hucitec,1998.

ESCOBAR, A. El desarrollo sostenible: diálogo de discursos. *Ecología Política,* Barcelona, Icaria, n.9, p.7-25, jun. 1998.

FERREIRA, Gicele Brito. *Entre o açaí e a madeira:* Conflito socioambiental na implantação da reserva extrativista Terra Grande Pracuúba no Marajó-Pará. Junho/2018, Breves-Pará. Relatório de Pesquisa. FACSS/UFPA, Campus Marajó-Breves, 2018.

GEERTZ, Clifford. *O Saber local.* Novos ensaios em antropologia interpretativa. 8. ed. Trad. Vera Melo Joscelyne. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental:* A reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. *In*: BURSZTYN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade*: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LITTLE, Paul. Ambientalismo e Amazônia: encontros e desencontros. *In*: BURSZTYN, Marcel (Org.). *Amazônia cenas e cenários*. Brasília: UFB, 2004.

LITTLE, Paul E. Ecologia política como etnografia: Um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos,* Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun. 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* Vol. II. Portugal: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, 1977.

MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro I, volume 2. 20.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

MBEMBE, Achille. Biopoder soberania estado de exceção política de morte. *Arte e Ensaio* Revista do PPGA/EBA/UFRJ, n. 32, dez. 2016.

MOTA, Ana Elizabete. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. *In*: Ivanete Boschetti (Org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

MUKASONGA, Scholastique. *Baratas*. São Paulo: Nós, 2018.

MUNIZ, L. M. Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos socioambientais. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 6, n. 12, p. 181-196, 2009. Disponível em: http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/64. Acesso em: 17 mar. 2015.

PUREZA, Enil do Socorro de Sousa. *Gestão ambiental em assentamentos agroextrativistas:* potencialidades e limites. O caso do PAE Ilha do Mutum, Marajó-Pará, Amazônia. 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9547. Acesso em: 01 jul. 2019.

SILVA, Hilton P. Sócio-ecologia da saúde e doença: Os efeitos da invisibilidade nas populações caboclas da Amazônia. *In*: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter A. (Org.). *Sociedades Caboclas Amazônicas:* Modernidade e invisibilidade. São Paulo: FAPESP, 2006.

WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.